Sumário

Número de notícias: 21 | Número de veículos: 14

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Receita desmonta esquema de sonegação . . . 3

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Governo amplia isenção de imposto para pastores às vésperas da eleição . . . 4

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
PF e receita prendem servidores em ação . . . 7

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Créditos fiscais possibilitam redução de dívida tributária (Artigo) . . . 8

DIÁRIO DO GRANDE ABC - SANTO ANDRÉ - SP - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Empresas terão desconto de até 70% em dívidas com Fisco . . . 9

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
SEGURIDADE SOCIAL
A diferença entre direito e regalia (Editorial) . . . 11

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL
Estados reforçam saúde e reduzem segurança . . . 12

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL
IFI projeta superávit primário de 0,3% do PIB para governo central este ano . . . 13

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA
Intervenção do governo federal no ICMS cobrará preço alto no futuro (Editorial) . . . 14

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA
Reforma tributária é suficiente para bancar benefício de R$ 600 em 2023, diz Guedes . . . 15

O GLOBO - ON LINE - RJ - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA
Empresários defendem volta do Ministério da Indústria e de política de incentivos ao setor . . . 16

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Disputa com Estados sobre ICMS pode tirar até R$ 84 bilhões da União . . . 18

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Commodities dão alívio à 'inflação implícita' . . . 19

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
ECONOMIA
A tabela do IR e a classe média (Espaço do Leitor) . . . 20

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
ECONOMIA
Democratizar o acesso à cultura: uma agenda urgente e importante (Artigo) 21

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA
Guedes diz que fica no governo se presidente conseguir reeleição 22

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA
Lula planeja crédito especial para incentivar agro verde 23

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA
Dólar sobe após Fed apontar alta prolongada dos juros nos EUA 25

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHA MAIS
ECONOMIA
Há algo errado em um país que depende do 'bico' para sobreviver 28

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA
Incógnita marca cenário para o próximo mandato 29

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA
Inflação de alimentos corrói poder de compra do mínimo 30

Receita desmonta esquema de sonegação

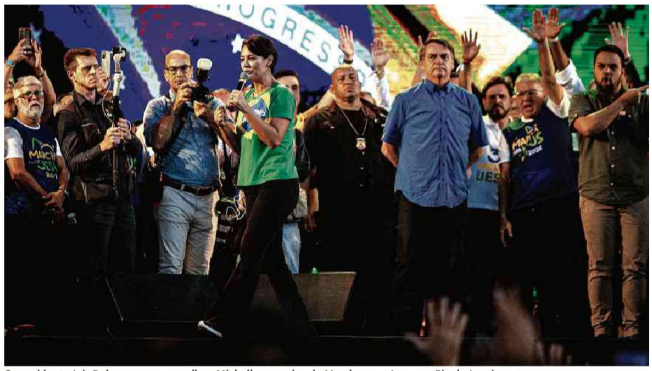
A **Receita Federal** desencadeou ontem a operação Resina Fina, no Rio Grande do Sul e em São Paulo, visando obter provas relativas a operações fraudulentas utilizadas para a prática de sonegação fiscal com mercadorias descritas como goma de resina. A estimativa do Fisco é de que tenham sido sonegados mais de R$ 37 milhões em **tributos** federais e estaduais.

Na ação, realizada em conjunto com o Ministério Público e as secretarias da Fazenda de São Paulo e do Rio Grande do Sul, além da Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo, foram cumpridos 17 mandados de busca e apreensão em residências, empresas e escritórios dos investigados. As ordens judiciais foram executadas em Mostardas (RS), Itapeva (SP), Buri (SP), Avaré (SP) e Guarujá (SP).

Do prejuízo estimado, R$ 15 milhões se referem a **tributos** federais não pagos e R$ 22 milhões representam prejuízos aos cofres do Estado de São Paulo. Conforme a investigação, a **Receita Federal** identificou a existência de empresas de fachada, na cidade paulista de Itapeva, que seriam responsáveis pela emissão de notas fiscais falsas com mercadorias descritas como goma de resina, para a geração de créditos fictícios de **tributos**.

Essas empresas, de acordo com a Receita, teriam sido constituídas com "laranjas" em seu quadro societário. Por exemplo, uma empresa de fachada que teria emitido mais de R$ 2 milhões em notas fiscais fraudulentas tinha como sócia uma pessoa que trabalhava como seringueira, ou seja, na extração de resina, que recebia salários modestos. Há indícios de que o esquema envolveria a emissão de notas fiscais fraudulentas trocadas entre estabelecimentos de São Paulo e do Rio Grande do Sul.

Governo amplia isenção de imposto para pastores às vésperas da eleição



O presidente Jair Bolsonaro e sua mulher, Michelle, no palco da Marcha para Jesus no Rio de Janeiro Hermes de Paula/Agência O Globo

Idiana Tomazelli Marianna Holanda

A **Receita Federal** decidiu adotar uma interpretação da legislação que, na prática, amplia o alcance da isenção de contribuições previdenciárias sobre a remuneração de pastores, em uma medida que favorece diretamente aliados do presidente Jair Bolsonaro (PL).

O ato, assinado pelo secretário especial da Receita, Julio Cesar Vieira Gomes, foi publicado no Diário Oficial da União em 1º de agosto, a duas semanas do início da campanha eleitoral e no momento em que Bolsonaro busca consolidar o apoio dos evangélicos a sua tentativa de reeleição.

Gomes é próximo do senador Flavio Bolsonaro (PL-RJ), filho do presidente, e tem interlocução direta com o chefe do Executivo. Bolsonaro declarou, nesta terça-feira (16), que a medida atende a um pedido feito pelos pastores para pôr fim ao que eles chamam de "perseguição" da **Receita Federal**.

Procurado, o Fisco diz que o ato consolida um "entendimento já vigente", embora reconheça que a "diversidade de documentos" sobre o tema "acabava, até então, por gerar divergências internas".

"A consolidação do entendimento num único normativo permitiu otimizar a publicidade, tanto para os auditores-fiscais quanto para os contribuintes, trazendo ganhos de segurança jurídica, redução de litígios e de conformidade", afirma o órgão.

Técnicos ouvidos reservadamente pela Folha avaliam que a medida assinada por Gomes amplia de forma explícita os casos de isenção e enterra de vez os processos de fiscalização sobre a remuneração de pastores ainda em curso no âmbito da Receita.

Na lista pública de devedores inscritos na Dívida Ativa da União, as entidades religiosas mantêm uma débito de R$ 1,02 bilhão, dos quais R$ 951 milhões são relacionados à Previdência. A Receita, por sua vez, disse não ter um levantamento sobre fiscalizações em âmbito administrativo.

O alvo da controvérsia é a prebenda, como é chamada a remuneração paga ao pastor ou líder do ministério religioso por seus serviços.

A lei isenta o valor do recolhimento de contribuição previdenciária, desde que ele tenha relação com a atividade religiosa e não dependa da natureza ou da quantidade de trabalho.

A Receita, porém, detectou nos últimos anos que algumas igrejas usavam a prebenda para driblar a fiscalização e distribuir uma espécie de participação nos lucros aos pastores que reuniam os maiores grupos de fiéis (beneficiando lideranças de templos em grandes cidades ou bairros, por exemplo) ou as maiores arrecadações de dízimo.

O Fisco aplicou multas milionárias e exigiu o pagamento da alíquota previdenciária de 20% sobre os valores pagos a pastores, dirigentes e lideranças religiosas. O entendimento dos auditores era o de que a isenção não se aplicava a mecanismos de remuneração variável.

A partir daí, a busca pelo perdão tributário e pela flexibilização das regras passou a ser uma pauta prioritária da bancada evangélica no Congresso Nacional.

Em 2015, uma primeira lei estipulou que valores diferenciados, pagos em dinheiro ou como ajuda de custo de moradia, transporte e formação educacional, também seriam isentos de tributação.

O Fisco reagiu exigindo recibos desses gastos e multou quem não conseguiu comprovar a natureza das despesas. A Receita ainda adotou entendimento de que a nova lei não retroagia, ou seja, as multas expedidas antes de sua publicação continuavam valendo.

Em 2020, Bolsonaro sancionou uma lei que previa expressamente a retroatividade da isenção previdenciária mais ampla sobre a prebenda, aprovada cinco anos antes. A intenção era derrubar as multas que ainda pairavam sobre pastores aliados.

No entanto, a controvérsia no âmbito da fiscalização continuou, uma vez que, segundo fontes do governo, os auditores não viram nenhuma mudança no alcance das isenções.

Em setembro de 2021, por exemplo, uma solução de consulta publicada pela Coordenação-Geral de Tributação afirmou que, caso o pagamento pela instituição se dê com características inerentes a remuneração por serviços prestados pelo ministro de confissão religiosa, o valor recebido deveria ser considerado na base de cálculo da contribuição previdenciária.

O mesmo entendimento valeria para valores pagos "de forma excedente ao necessário para fins de subsistência da pessoa".

O ato de Gomes, por sua vez, diz que o pagamento de valores diferenciados, no montante ou na forma, "não caracteriza esses valores como remuneração sujeita à contribuição". No texto, são citados como fatores de diferenciação "antiguidade na instituição, grau de instrução, irredutibilidade dos valores, número de dependentes, posição hierárquica e local do domicílio".

A norma também diz que só será considerada remuneração tributável a parcela paga em condições "comprovadamente" relacionadas à natureza e à quantidade do trabalho executado.

Por ser assinado pelo secretário especial, o documento se sobrepõe a qualquer solução de consulta divergente sobre o tema.

A inserção do local do domicílio é apontada por técnicos críticos da medida como um fator chave para os pastores, uma vez que igrejas localizadas em grandes cidades ou bairros nobres costumam ter melhores resultados em termos de fiéis e arrecadação. A posição hierárquica também pode abrir brechas para repasses mais significativos às lideranças religiosas, que ficarão livres de tributação.

A Receita afirma em nota que "o recebimento da prebenda, seja em parcela fixa ou variável, não está sujeito à incidência de contribuição previdenciária".

Presidente menciona decisão no 1° dia da campanha

O presidente Jair Bolsonaro citou o ato da **Receita Federal** durante encontro com lideranças religiosas em Juiz de Fora (MG), em seu primeiro ato de campanha, que começou oficialmente na terça-feira (16).

A reunião foi fechada, mas o discurso do chefe do Executivo teve transmissão nas redes sociais.

O presidente iniciou seu discurso respondendo a um pedido do pastor Aloizio Penido, que teria solicitado uma solução para as cobranças da Receita.

"A reivindicação já foi aceita, [o ato] está publicado no Diário Oficial da União", disse o presidente, acrescentando que entregaria uma cópia do documento ao pastor.

O chefe do Executivo disse ainda que a mudança na tributação dos pastores já deveria estar sendo cumprida, mas não ocorreu por "perseguição".

Em 2019, ele usou o mesmo termo para se queixar de que auditores estariam realizando uma devassa contra sua família.

"O que ele [pastor] reivindicou está claríssimo na nossa Constituição, mas por questões de, no meu entender, perseguição, isso não era cumprido. E a Receita agora entendeu, depois de um projeto aprovado no Congresso, que essas isenções se fazem em todo o seu espectro", disse o mandatário em Juiz de Fora.

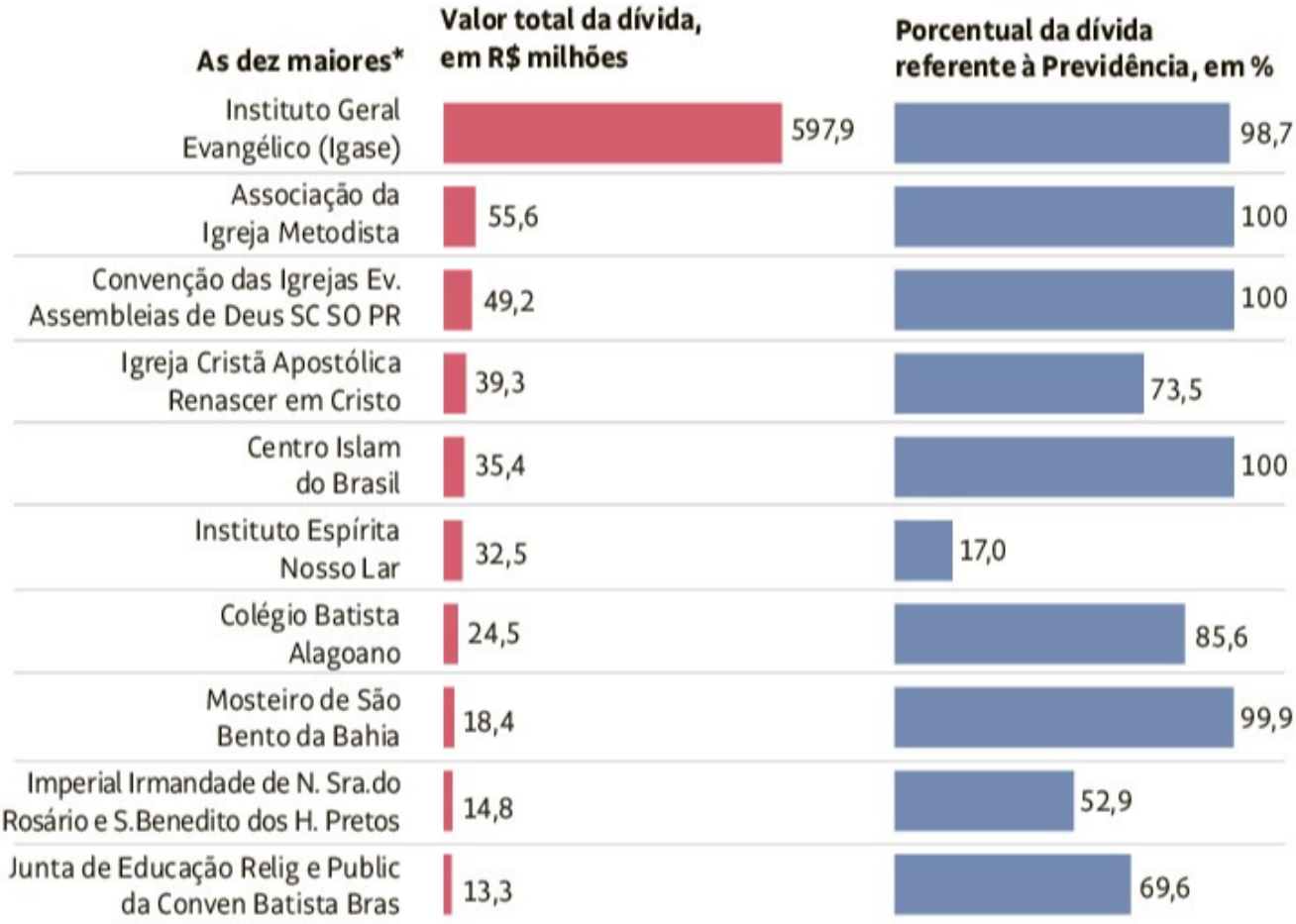
A Constituição dá às igrejas imunidade tributária contra a cobrança de **impostos**, mas não alcança as contribuições, um tipo distinto de tributo que abarca os recolhimentos previdenciários.

O presidente afirmou também que os representantes religiosos devem procurar seu governo, caso haja algo que não tenha sido enquadrado na isenção pela Receita, para que se busque uma "alternativa".

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50007

Dívida dos templos

Entidades religiosas são imunes à cobrança de impostos, mas são alvo frequente de fiscalização pelo não recolhimento de contribuições, inclusive à Previdência



*Nem todos os débitos são divulgados na Dívida Ativa da União. Valores que ainda estão em fase de administrativa de cobrança na Receita, ou que foram alvo de negociação para pagamento, não aparecem na lista.

R$ 1,025 bilhão
é o total de débitos de entidades religiosas inscritos na Dívida Ativa da União

R$ 951,1 milhões
é o total de dívidas previdenciárias das entidades religiosas inscritas na Dívida Ativa

PF e receita prendem servidores em ação

Uma força-tarefa da **Receita Federal**, da Polícia Federal (PF) e do Ministério Público Federal prendeu ontem dois servidores na Operação Ártemis, contra um esquema com o tráfico de drogas no Porto de Itaguaí (RJ). Os presos são os analistas tributários da Receita José Guina, que estava em Campo Grande, e Jorge de Jesus, pego no Recreio.

Agentes também saíram para cumprir 31 mandados de busca e apreensão, expedidos pela 2ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro. A Justiça ainda determinou o sequestro de bens e valores que ultrapassam R$ 30 milhões. A operação aconteceu em outros quatro estados. Em São Vicente (SP), a força-tarefa apreendeu relógios e dinheiro em espécie.

Site:
https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642

Créditos fiscais possibilitam redução de dívida tributária (Artigo)

Bruno Feldman e Cláudio Sá LeitãoSócios da Sá Leitão Auditores e Consultores

A Lei No14.375, sancionada em 22.06.2022, alterou diversos dispositivos da Lei No 13.988, de 14.04.2020, que trata do instituto da transação tributária de dívidas das pessoas jurídicas (PJ) com a União Federal (UF). Um dos itens previstos na referida Lei é que as PJ podem utilizar os créditos fiscais, representados por prejuízos fiscais de imposto de renda da pessoa jurídica (PF de IRPJ) e base de cálculo negativa de CSLL (BCN de CSLL) acumulados, para deduzirem dívidas com a UF, respeitando o limite de 70% do saldo remanescente, após as reduções/os descontos da transação.

Além dos débitos tributários inscritos na dívida ativa da UF, as PJ podem, também, incluir valores que se encontram na fase de contencioso administrativo fiscal. Vale a pena lembrar que esses PF de IRPJ e BCN de CSLL, foram obtidos quando as PJ apresentaram resultado negativo na apuração do lucro real/tributável, podendo ser utilizados, limitados (regra geral) a 30%, com resultados positivos futuros, constituindo-se um crédito que as PJ têm com a **Receita Federal do Brasil** (RFB). Agora, esses créditos, em vez de serem abatidos/descontados com lucros futuros, as PJ poderão utilizá-los para abater dívidas tributárias junto a UF, isto é, utilizando os seus créditos de imediato junto a **RFB**. Essa medida permite a utilização dos PF de IRPJ e de BCN de CSLL, preservando mais recursos no caixa das PJ.

Além disso, a Lei No14.375/2022, flexibiliza as regras da Lei que instituiu a transação tributária (por meio da Lei No 13.988/2020), concedendo descontos maiores e mais tempo para a quitação das dívidas tributárias de 84 meses para 120 meses. Sem considerar que a nova Lei permite a redução de até 65% do valor total dos débitos tributários a serem transacionados (anteriormente, o percentual era de 50%), bem como os descontos auferidos na transação tributária não serão computados na base de cálculo do IRPJ, da CSLL, do PIS e da COFINS. As PJ que possuem parcelamento anterior poderão migrar para a nova modalidade, com a manutenção dos benefícios concedidos no programa migrado.

Recentemente, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) editou a Portaria PGFN No 6.941, de 04.08.2022, revogando o Artigo 36 da Portaria PGFN No 6.757 de 29.07.2022 e permitindo a utilização dos PF de IRPJ e de BCN de CSLL para pagamento do valor principal dos débitos tributários devidos e não apenas as multas e os juros. Essa possibilidade de utilização já era muito esperada pela classe empresarial e veio num momento bastante oportuno para as PJ que possuem uma margem maior de negociação dos seus débitos fiscais.

Não resta dúvida, que foi um grande avanço da PGFN, em reconhecer de forma rápida a limitação do PJ de IRPJ e de BCN de CSLL, bem como disponibilizar as PJ instrumentos atrativos para a regularização dos seus débitos tributários com a UF e a **RFB**. Resta agora, as PJ analisarem a sua capacidade financeira, na adesão do programa de transação tributária, reduzindo a sua dívida tributária, por meio da utilização dos créditos fiscais, representados pelos PF de IRPJ e BCN de CSLL.

Bruno Feldman e Cláudio Sá Leitão Sócios da Sá Leitão Auditores e Consultores

Site:
http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/opiniao/2022/08/creditos-fiscais-possibilitam-reducao-de-divida-tributaria.html

Empresas terão desconto de até 70% em dívidas com Fisco

Contribuintes com grandes dívidas com a **Receita Federal** poderão, a partir de 1º setembro, renegociar os débitos com até 70% de desconto. A **Receita Federal** publicou portaria que aumentará os benefícios para quem quer parcelar até R$ 1,4 trilhão em dívidas tributárias que ainda não estão sob contestação judicial.

A medida estendeu à Receita a modalidade de renegociação chamada de transação tributária, mecanismo criado em 2020 para facilitar o parcelamento de dívidas de empresas afetadas pela pandemia da Covid-19. Até agora, apenas a PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional), órgão que cobra na Justiça as dívidas com o governo, concedia essa possibilidade com regularidade.

A Receita lançava negociações nesse modelo, mas em casos especiais.

A ampliação da transação tributária havia sido anunciada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, a empresários do setor de bares e restaurantes.

Na ocasião, ele disse que setores como o comércio, o serviço e o de eventos teriam as mesmas facilidades para renegociarem débitos como outros segmentos afetados pela pandemia.

A extensão da transação tributária à **Receita Federal** foi autorizada pela Lei 14.375/2022, sancionada em junho pelo presidente Jair Bolsonaro (PL). Com a portaria que regulamentou a lei, a Receita poderá lançar editais especiais de renegociação de dívidas e sugerir acordos com grandes devedores.

MUDANÇAS Para o público geral, o desconto máximo para a renegociação de dívidas aumentou de 50% para 65%, sendo que para empresas (de todos os tamanhos), MEIs (Microempreendedores Individuais), micro e pequenas empresas do Simples Nacional e santas casas de misericórdia, o desconto poderá ser de até 70%.

O prazo de parcelamento também foi ampliado. Para o público geral, passou de 84 meses para 120 meses. Para empresas, MEI, micro e pequenas empresas do Simples Nacional e Santas Casas de Misericórdia, o prazo poderá estender-se por até 145 meses.

Apenas o parcelamento das contribuições sociais foi mantido em 60 meses porque o prazo é determinado pela Constituição.

Os devedores de **impostos** ainda não inscritos em dívida ativa poderão apresentar proposta individual de transação ao Fisco. Mesmo os que questionam o débito na esfera administrativa ou que tiveram decisão administrativa definitiva desfavorável.

Por enquanto, somente contribuintes que devam mais de R$ 10 milhões ao Fisco poderão apresentar a proposta individual a partir de setembro.

Nas próximas semanas, a Receita deverá publicar um edital para a transação tributária de dívidas de pequeno valor.

A Receita definirá o tamanho dos benefícios conforme a capacidade de pagamento do contribuinte. Quem tiver mais dificuldades de pagamento terá descontos maiores e prazos mais longos.

AMORTIZAÇÕES As empresas poderão usar os prejuízos fiscais do IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica) e a base de cálculo negativa da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) para abater em até 70% o saldo remanescente da dívida após os descontos. Normalmente, as empresas que têm prejuízo podem abater parte do IRPJ e da CSLL no pagamento dos dois **tributos** nos anos em que registram lucros.

A portaria permite ainda que precatórios a receber (dívidas do governo com contribuintes reconhecidas definitivamente pela Justiça) ou direito creditório, determinados por sentenças transitadas em julgado (a qual não cabem mais recursos judiciais), podem amortizar a dívida tributária, tanto a parcela principal, como a multa e os juros.

A transação individual destina- se pagadores de imposto com contencioso administrativo fiscal de mais de R$ 10 milhões, devedores falidos, em recuperação judicial ou extrajudicial, em liquidação judicial ou extrajudicial ou em intervenção extrajudicial, autarquias, fundações e empresas públicas federais, Estados, Distrito Federal e municípios e respectivas entidades de direito público da administração indireta.

Site:
https://digital.maven.com.br/pub/diariodograndeabc/?edicao=122369

A diferença entre direito e regalia (Editorial)

O pagamento de generosas remunerações a militares nos últimos anos, revelado recentemente pelo Estadão, expõe de forma cristalina um dos elos que sustentam a relação entre o presidente Jair Bolsonaro e as Forças Armadas.

No auge da pandemia de covid-19, quando o País buscava uma forma de ajudar milhões de famílias vulneráveis e contabilizava milhares de mortes diárias em decorrência de uma doença ainda sem vacinas nem tratamento eficaz, o governo depositava valores milionários a militares como Walter Braga Netto e Bento Albuquerque, que ocupavam os Ministérios da Casa Civil e de Minas e Energia à época, e a Luiz Eduardo Ramos, à frente da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Os dados, levantados pelo deputado Elias Vaz (PSBGO), jogam luz sobre benesses exclusivas, que garantem à categoria militar a invejável condição de aumentar a renda na aposentadoria - chamada de passagem para a reserva. O Ministério da Defesa argumentou haver amparo legal em todos os pagamentos, que incluíram indenizações por férias, adicionais e licenças especiais não usufruídas ao longo da carreira. A força do relatório do deputado está na revelação de que a situação dos ministros não é caso isolado. Quase 1,6 mil militares receberam mais de R$ 100 mil por mês entre janeiro e maio deste ano, totalizando despesas de R$ 262,5 milhões. Entre os contemplados está o ex-ministro Eduardo Pazuello, conhecido pela ruinosa gestão à frente do Ministério da Saúde e por ter violado a disciplina militar ao participar de um comício bolsonarista quando ainda era general da ativa. Ele recebeu R$ 305,4 mil em março.

É um fenômeno que o colunista Pedro Fernando Nery, do Estadão, chamou de "marechalcracia", que garante aos militares uma promoção de patente na passagem para a reserva, a integralidade dos vencimentos e o direito de se aposentar com a maior remuneração da carreira. Aos privilégios que já vigoram há anos, Bolsonaro adicionou novos apanágios. No ano passado, permitiu que os militares acumulassem salários e aposentadorias acima do teto constitucional de R$ 39,2 mil, medida autorizada por portaria e que beneficiou inclusive o próprio presidente. Recentemente, criou um bônus para o militar que continua trabalhando mesmo depois de atingir o tempo para passar à reserva. Aos trabalhadores civis que se aposentam pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), resta arcar com um benefício calculado a partir da média das contribuições e limitado a um teto de pouco mais de R$ 7 mil, que proporciona um padrão de vida bem mais modesto.

O assunto suscita o debate sobre a diferença entre legalidade e moralidade. As indenizações militares podem até não violar nenhuma lei, mas são constrangedoras do ponto de vista moral, considerando os valores auferidos e o momento em que eles foram pagos. Como instituições permanentes de Estado, as Forças Armadas exigem dedicação exclusiva de seus quadros; em contrapartida, o País oferece uma proteção social permanente aos que seguem a carreira e às suas famílias. É um direito que deve ser preservado, mas que não pode ser distorcido ou usado como pretexto para a concessão de regalias.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Estados reforçam saúde e reduzem segurança

Marta Watanabe De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187304?page=1&section=1

Site:
https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187304?page=1&section=1

IFI projeta superávit primário de 0,3% do PIB para governo central este ano

Estevão Taiar De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187304?page=1&section=1

Site:
https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187304?page=1&section=1

Intervenção do governo federal no ICMS cobrará preço alto no futuro (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Reforma tributária é suficiente para bancar benefício de R$ 600 em 2023, diz Guedes

Marcelo Osakabe De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187304?page=1&section=1

Site:
https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187304?page=1&section=1

Empresários defendem volta do Ministério da Indústria e de política de incentivos ao setor

Após os impactos da pandemia e da guerra da Ucrânia na economia global, o empresariado pressiona para que o país volte a centrar esforços em uma política industrial própria. O movimento segue tendência já verificada em outras partes do globo, como Estados Unidos, Canadá e Europa, que adotaram iniciativas estratégicas com verba na casa de dezenas de bilhões para reduzir a dependência chinesa. No Brasil, o setor vem mostrando dificuldades de se recuperar após o baque da pandemia.

Na avaliação de entidades empresariais, executivos e especialistas, o Brasil precisará buscar uma nova estratégia para aproveitar o momento e se tornar um fornecedor global de produtos finais ou insumos industriais.

E o caminho para chegar nesse objetivo vai muito além da recriação do Ministério da Indústria, uma promessa comum a todos os principais candidatos à presidência em 2023 e demanda número um do setor produtivo.

Especialistas ressaltam que não se trata apenas de ter um canal direto de interlocução com o empresariado, mas uma pasta que tenha como foco a digitalização de processos e a sustentabilidade ambiental.

Estudo elaborado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), que será divulgado hoje, ressalta que uma política industrial moderna terá impacto no crescimento e no desenvolvimento da economia, tomando como base não apenas a recriação da pasta, como mudanças estruturais na economia, como a **reforma tributária**, o aumento de pesquisa e desenvolvimento e melhora da produtividade.

IBGE: Mais de 100 mil empresas fecharam as portas no comércio no 1º ano de pandemia, uma perda histórica

No governo de Jair Bolsonaro, o Ministério da Indústria foi incorporado com outras pastas na criação do Ministério da Economia, mas seu retorno é prometido pelo próprio Bolsonaro, por Lula, Ciro Gomes e Simone Tebet. A volta da pasta faz parte de uma lista de 60 reivindicações que a Firjan faz ao próximo governo.

No documento, a entidade estima que o aumento da produtividade poderia gerar um crescimento de US$ 1,040 trilhão no Produto Interno Bruno (**PIB**) nos próximos cinco anos - o que significaria uma expansão de US$ 1,804 trilhão para US$ 2,821 trilhões correntes. O Brasil também subiria da 12ª para a 8ª posição no ranking das maiores economias do mundo até 2027, de acordo com o prognóstico da federação.

Dados do estudo mostram que o último período com crescimento da produtividade no país foi registrado entre 2001 e 2010, quando houve expansão de 1,5% em média ao ano. Entre 2011 e 2019, houve queda de 0,1% ao ano.

Segundo o presidente em exercício da Firjan, Luiz Césio Caetano, a agenda é composta por medidas que cabem em quatro pilares: ambiente de negócios, infraestrutura, capital humano e eficiência do Estado.

- A elevação da produtividade deve ocorrer a partir de uma política industrial sólida - afirma Caetano.

Para o superintendente de Desenvolvimento Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Renato Fonseca, o Brasil tem duas vantagens nesta busca por uma nova política industrial: muitas empresas americanas e europeias já estão aqui e a energia produzida no país é uma das mais limpas do mundo.

- Setores como o automotivo, o de alimentos e o de bens de capital têm mais chances de garantir aos brasileiros o status de fornecedores fiéis para as indústrias desses setores - disse Fonseca, que alerta:
- Mas se não fizer o dever de casa, o Brasil vai perder espaço para outros países do hemisfério, como México e Colômbia.

Segundo ele, a política industrial precisa estar focada no aumento da inovação e eleger setores com maior potencial de expansão da produtividade, como Alemanha, Reino Unido e EUA têm feito.

- É um movimento geopolítico, principalmente de

americanos e europeus. Com a guerra na Ucrânia, a ordem do dia é se diversificar - destaca.

Dados compilados pela Firjan mostram que o investimento em pesquisa e desenvolvimento no país caiu de 1,4% do **PIB** em 2007 para 1,2% em 2019. No mesmo período, a Coreia do Sul, por exemplo, registrou um salto de 1,1% para 4,6% do **PIB**.

Até o momento, porém, há pouca clareza nas propostas dos candidatos à presidência sobre política industrial. O debate até agora se restringe à recriação do Ministério da Indústria e de promessas para direcionar financiamentos do BNDES a micro e pequenas empresas.

Cobrança de resultados

De outro lado, Sérgio Lazzarini, do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper), avalia que a recriação do Ministério da Indústria só vai servir para lobby. Ele argumenta que é preciso acabar com a "cultura de campeão nacional", que consiste na concessão de benefícios fiscais do governo a determinados setores e defende que é preciso cobrar resultados:

- Tem que acabar com os setores protegidos. As políticas industriais modernas são integradas globalmente. E mais: se estou dando apoio, quero saber o que aconteceu com o setor em dois, três, ou quatro anos.

João Carlos Ferraz, da UFRJ, avalia que, mais importante do que criar um ministério, caberá ao próximo governo ter uma estratégia de desenvolvimento produtivo sustentável, que tenha a geração de emprego como prioridade. Segundo ele, as políticas mais bem-sucedidas ocorrem quando esses critérios são cumpridos.

- O Brasil é um país com uma presença muito abrangente de empresas que estão de olho no mercado nacional, que precisa ser dinâmico e, portanto, mais atrativo para investimentos não só estrangeiros -afirma.

O Ministério da Economia não comentou o assunto.

Site:
https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2022/08/empresarios-defendem-volta-do-ministerio-da-industria-e-de-politica-de-incentivos-ao-setor.ghtml

Disputa com Estados sobre ICMS pode tirar até R$ 84 bilhões da União

Lu Aiko Otta De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187304?page=1&section=1

Site:
https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187304?page=1&section=1

Commodities dão alívio à 'inflação implícita'

Victor Rezende e Gabriel Roca De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187304

Site: http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187304

A tabela do IR e a classe média (Espaço do Leitor)

Humberto Schuwartz Soares Vila Velha-ES

"Há anos sem correção, a tabela do Imposto de Renda pune, principalmente, a classe média. O governo amplia o amparo social aos mais necessitados, reduz a carga tributária do empresário. O que sobrou para a classe média?

Inflação nos alimentos, juros, aluguéis, escolas, material escolar, aumentos extorsivos dos planos de saúde, e a tabela de Imposto de Renda sem correção é a forma indecente de elevar a carga tributária. É um deus nos acuda e não há a quem recorrer."

Site:
https://digital.em.com.br/estadodeminas/18/08/2022/p1

Democratizar o acesso à cultura: uma agenda urgente e importante (Artigo)

Adriana do Carmo

O acesso à arte e à cultura no Brasil ainda é desigual. Essa afirmação é reflexo de uma realidade que existe no nosso país há anos, e que tem muito a avançar. Desde sempre, a condição de vulnerabilidade social das pessoas pode ser medida pelo acesso que elas têm aos serviços no seu dia a dia, inclusive à cultura. A discussão é extensa e não há aqui a pretensão de esgotar o assunto, mas colocar em pauta os motivos para o cenário perdurar há tanto tempo.

O primeiro deles é a distância. Por todo o país, são nos centros urbanos que se localizam a maioria dos bens e serviços públicos de melhor qualidade. Isso em qualquer área, especialmente naquelas que são objetos da nossa discussão. Habitualmente, nos centros urbanos se concentram a maioria dos espaços e equipamentos culturais.

Outro motivo está na gestão. Educação, saúde, assistência social e infraestrutura ocupam o topo dos investimentos, enquanto a pauta cultural tem menos prioridade na agenda política. Como resultado, geralmente, assuntos dessa pasta são compartilhados com setores, como de educação, ou turismo, por exemplo, e poucas administrações destinam uma secretaria para a cultura. E não deveria ser assim, j á que a cultura representa um ativo econômico importante. Outros países já entenderam isso: na Alemanha, a indústria criativa faz parte do **PIB**; nos Estados Unidos, a segunda maior indústria é a audiovisual. Aqui no Brasil, desde 2008, a indústria criativa emprega mais pessoas que o setor de automobilismo.

A distância física entre os equipamentos culturais e as regiões periféricas, combinada com as poucas políticas públicas para encurtar essas distâncias, torna o problema ainda mais difícil de ser resolvido. É neste momento que se faz necessário lembrar que o direito à cultura está entre os direitos sociais básicos. Além de fazer parte do exercício da cidadania, também contribui para o desenvolvimento de uma comunidade.

O investimento na cultura pode operar em duas vias para o desenvolvimento de uma comunidade. Primeiramente, pela democratização de acesso da população mais vulnerável a espaços culturais localizados nos centros públicos, mas também pelo incentivo dado a projetos que são feitos longe desses grandes centros. Grupos culturais, que precisam acessar recursos públicos para fomento às suas ações, também precisam estar incluídos nas políticas públicas, como forma de fortalecer a democracia cultural. Nesse sentido, a Fundação ArcelorMittal busca direcionar seus investimentos, contemplando em sua política de investimentos ações de democratização do acesso às artes, mas também de valorização e desenvolvimento da cultura local.

É por meio da cultura e da arte que novos hábitos podem ser criados. O capital cultural traz mudanças que se traduzem em comportamentos, como a melhoria da autoconfiança e da autoestima, que podem contribuir diretamente para a mobilidade social, e a redução da pobreza. Os projetos sociais são os protagonistas nestes movimentos de ascensão social. O esporte também é importante agente desse processo.

As comunidades já entenderam estes benefícios. Hoje, o que se vê de manifestações culturais e esportivas, geralmente, são projetos que nascem ali mesmo e buscam transformação social vinda de dentro. A Fundação ArcelorMittal, por meio de recursos incentivados e próprios, fomenta diversas dessas ações e incentiva a manutenção a longo prazo. Atuando em parceria com o poder público e empreendedores culturais, as iniciativas buscam transformar realidades por meio da arte e da cultura. O processo todo começa por ouvir e entender o que é mais pertinente em cada localidade e identificar como diminuir lacunas de acesso a esses bens e serviços. As iniciativas buscam fortalecer indivíduos para que as comunidades sejam multiplicadores e apropriem-se das suas histórias e culturas e avancem no processo de acesso à arte e à cultura no nosso país.

Adriana do Carmo. Doutora em administração pela PUC Minas. Gerente de investimento social da Fundação ArcelorMittal

Site:
https://digital.em.com.br/estadodeminas/18/08/2022/p1

Guedes diz que fica no governo se presidente conseguir reeleição

O ministro da Economia, Paulo Guedes Pedro Ladeira - 20.out.20/Reuters

Lucas Bombana

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que seguirá no governo caso o presidente Jair Bolsonaro (PL) consiga a reeleição. "Eu sou incansável quando acredito no que precisa ser feito", afirmou Guedes, durante participação em evento da gestora Tag Investimentos nesta quarta-feira (17), em São Paulo.

Segundo o ministro, a aliança entre liberais e conservadores seguirá em um eventual segundo mandato de Bolsonaro. "Vamos seguindo, estamos juntos."

Guedes disse também que as previsões que apontam para uma desaceleração da atividade local consideram um modelo econômico antigo do país, e não levam em conta as reformas realizadas nos últimos anos, com redução do papel do Estado.

"Trocamos o eixo da economia brasileira", afirmou Guedes. Dados citados por ele na apresentação indicaram que o investimento público caiu durante o governo Bolsonaro de cerca de 7% do **PIB** (Produto Interno Bruto) para aproximadamente 0,3%, enquanto o setor privado já se comprometeu a investir cerca de R$ 890 bilhões na economia brasileira nos próximos dez anos.

"A coisa deu certo, o país está andando, estamos no caminho da prosperidade", afirmou o ministro, acrescentando que as previsões que apontam para uma queda da atividade econômica nos próximos meses se devem, em parte, a uma militância que torce contra o governo. "Toda arca de Noé tem um picapau, que vai picando para ver se afunda o barco."

Ainda de acordo com o ministro, o adiamento nos pagamentos dos precatórios pelo governo foi mal interpretado. "Não tem nada de calote", diz. Ele afirmou que a medida foi tomada para colocar embaixo do teto de gastos apenas as despesas que são previsíveis, como a Previdência e os gastos com juros.

Guedes disse ainda que os pacotes aprovados pelo governo nos últimos meses para auxiliar as parcelas da população de menor poder aquisitivo, como a PEC das Bondades, estão "inteiramente pagos", com uma estimativa de encerrar o ano com superávit primário.

"Nunca se gastou tanto dinheiro, nunca se deu tanto dinheiro para Estados e municípios, e no final a dívida **PIB** subiu 1,7 ponto só", afirmou o ministro.

O ministro disse que, por causa da política econômica adotada pelo governo, o Brasil tem conseguido se destacar frente à maior parte dos pares da América Latina.

"A América Latina está desmanchando. A Argentina está desmanchando, a Bolívia, o Equador, a Colômbia, a Venezuela", afirmou. Guedes citou as reformas aprovadas nos últimos anos, com destaque para a da Previdência e disse que elas ajudaram a controlar o aumento de gastos fiscais e impediram que o país seguisse no mesmo caminho dos vizinhos. Para Guedes, as reformas colocaram o Brasil no "caminho da prosperidade".

O ministro afirmou ainda que os economistas devem seguir revisando as projeções para o crescimento do **PIB** e acredita em uma expansão da atividade econômica acima de 2,5%.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50007

Lula planeja crédito especial para incentivar agro verde

O ex-presidente Lula com Tita Dias, Aloizio Mercadante e outros, em evento com empresários Marlene Bergamo/Folhapress

Lisandra Paraguassu

Linhas de crédito verdes, com juros mais baixos, para incentivar uma agricultura que converte pastagens degradadas em lavoura e captura carbono são uma aposta do plano em discussão na campanha de Luiz Inácio Lula da Silva para diminuir o desmatamento ao mesmo tempo em que aumenta a área plantada e tenta melhorar a imagem do Brasil no exterior.

A proposta, que está sendo desenhada a várias mãos para o programa de governo do ex-presidente Lula, que lidera as pesquisas de opinião, envolve não apenas o meio ambiente, mas também parte do agronegócio que apoia a sua candidatura.

"A transição ecológica é um eixo estruturante de todas as nossas políticas", disse o coordenador do plano de governo petista, Aloizio Mercadante. "Podemos abrir linhas de crédito diferenciadas para incentivar a migração para uma agricultura que sequestra carbono."

O desenho final está sendo trabalhado, mas a ideia-chave é que o agricultor que aderir a algumas das propostas de transição agrícola passa a ter direito a um crédito em melhores condições, ou seja, valor e juros que façam valer a pena a migração.

O programa petista em debate lembra objetivos do Plano ABC, lançado no final do segundo mandato de Lula. Mas a iniciativa, que ainda existe e conseguiu mitigar 170 milhões de toneladas de CO2 até 2018, só detém percentual ínfimo dos recursos dos financiamentos do governamental Plano Safra, mostrando que há espaço para uma melhora neste tipo de incentivo.

Na safra 2022/23, o orçamento do reformulado ABC+ é de R$ 6 bilhões, ou cerca de 2% do volume total orçado para financiamentos Plano Safra (R$ 341 bilhões), quase a mesma fatia percentual de 12 anos atrás. As taxas de juros do programa, embora mais baixas, subiram para até 8,5% ao ano, na esteira da Selic.

No plano gestado agora, o PT mira dois pontos principais: a conversão de pastagens degradadas em lavoura --já um dos objetivos do ABC+- e o incremento do uso de biodefensivos. A conta do partido, municiada por empresários do agronegócio, é que o país tem hoje 30 milhões de hectares de áreas de pastagens subutilizadas que poderiam ser usadas para lavouras.

A conversão permitiria que hoje terras em que há apenas pecuária extensiva, ou às vezes nem isso, passassem a ser lavoura, em sistemas de plantio direto que, segundo análises já feitas pela Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), ajudam no sistema de sequestro de carbono.

Um estudo publicado pela Embrapa em 2020 mostrou que o sistemas de rotação de culturas entre soja, milho e algodão, no sistema de plantio direto, sequestra 31% a mais de carbono que a monocultura, além de aumentar a produtividade de todas elas.

O debate sobre essa migração usa como exemplo o Mato Grosso, um dos campeões em desmatamento da região amazônica e onde atuam hoje três dos principais nomes de apoio ao PT na área de agronegócio, um setor onde ainda é forte o apoio a Bolsonaro: o empresário Carlos Ernesto Agustin, o senador Carlos Fávaro (PSD) e o deputado federal Neri Geller (PP), ex-ministro da agricultura no governo de Dilma Rousseff e visto com especial reserva por ambientalistas por defender afrouxamento da legislação ambiental.

Em em 2021, o Mato Grosso perdeu 2,3 mil quilômetros quadrados de floresta, apenas atrás do

Pará e do Amazonas, de acordo com o sistema Prodes do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). O estado tem hoje, nas estimativas do plano petista, pouco mais de 11 milhões de hectares de lavouras, e quase o mesmo em terras de pastagens subutilizadas.

"Por que não acontece essa migração? Porque falta um incentivo. Porque falta uma política pública de financiamento", diz Carlos Ernesto Agustin.

Petista sugere recriar ministério de pequenas empresas

Daniela Arcanjo

O ex-presidente e candidato ao Planalto Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sugeriu a recriação de um ministério para pequenas empresas caso tenha sucesso nas eleições de outubro. Foi durante reunião com empresários, no segundo dia de campanha.

"Antes de deixar a Presidência, eu propus criar um ministério da micro e pequena empresa. Eu tinha consciência de que não era possível tratar o problema da Volkswagen junto com o problema do mecânico que existia do lado da Volkswagen", afirmou.

Mais ao final do discurso, Lula disse que, caso vença as eleições, seu governo criaria algumas pastas. "Eu não sei se está funcionando o ministério da pequena e média empresa, mas vai ter que funcionar".

Entre 2013 e 2015, a Secretaria da Micro e Pequena Empresa, ligada à Presidência da República, funcionou com status de ministério.

O evento, em um hotel no centro de São Paulo, não contou com a presença formal de associações da categoria, mas com empreendedores simpáticos à candidatura de Lula.

Falaram empresários do setor de cultura, gastronomia e construção civil, entre outros. Dificuldades na pandemia e **inflação** deram o tom dos discursos. Convidados passaram por detector de metais em um esquema de segurança que tem sido reforçado desde a pré-campanha.

O petista deve intensificar conversas como empresariado ao longo do período eleitoral, grupo que oferece mais resistência. "Lula não tem apoio majoritário no setor dos empresários -nem no setor dos pequenos empresários", afirma Tita Dias, sócia do restaurante paulistano Canto Madalena.

Filiada ao PT, ela atribui parte da culpa ao próprio partido, por não colocar o empresariado em suas falas.

A oposição à reforma trabalhista, diz ela, também pode ter espantado o grupo.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50007

Dólar sobe após Fed apontar alta prolongada dos juros nos EUA

Clayton Castelani

O mercado financeiro mundial encerrou esta quarta-feira (17) equilibrando-se entre a segurança do dólar e o risco dos mercados de ações de países de economia emergente. O movimento pode ser explicado, ao menos em parte, pela divulgação nesta quarta da ata da reunião do Fed (Federal Reserve, o banco central americano) realizada no mês passado.

Sem surpresas, o documento reforçou o compromisso da autoridade em manter elevação dos juros para controlar a **inflação** nos Estados Unidos.

A interpretação de analistas foi de que a taxa do Fed poderá permanecer em níveis elevados por um longo período, mas também de que o órgão está no caminho para alcançar o seu objetivo sem levar o mundo a uma profunda recessão.

No câmbio brasileiro, o dólar comercial à vista subiu 0,52%, a R$ 5,1670 na venda, em um dia de força moderada da moeda americana em relação às principais divisas.

Na cotação máxima do dia, o dólar chegou a escalar a R$ 5,2140, mas perdeu força conforme o mercado passou a considerar que a ata teve viés favorável aos mercados de risco.

Essa foi a segunda alta diária do dólar frente ao real. A moeda americana, porém, vem caindo desde o final de julho, quando havia subido à casa dos R$ 5,50.

"A ata vem com um tom de cautela e vigilância em relação à **inflação** e o mercado entendeu isso com bons olhos", disse Leandro Petrokas, diretor de research da Quantzed. "Gerou um movimento comprador nos ativos de risco", comentou.

Gustavo Cruz, estrategista da RB Investimentos, ressalta que os argumentos da ata estavam atrelados a indicadores divulgados antes da reunião do Fed, dificultando assim uma interpretação menos imprecisa sobre as intenções dos formuladores da política monetária dos EUA.

"Uma ata datada mesmo, porque mencionava dados de uma desaceleração no mercado de trabalho e uma **inflação** ainda muito forte, mas o que aconteceu depois [da reunião] foi o contrário: o mercado de trabalho bem mais forte do que o esperado e a **inflação** cedendo mais do que o projetado", comentou Cruz.

Autoridades do Fed disseram no mês passado que o ritmo de aumentos da taxa de juros dependerá de dados, com alguns dos membros afirmando que os juros precisarão permanecer em um "nível suficientemente restritivo" por "algum tempo" para controlar **inflação**.

Os participantes do comitê monetário ainda comentaram que a **inflação** pode levar mais tempo do que o previsto para se dissipar e que uma desaceleração na demanda agregada projetada pelo banco central "desempenhará papel importante na redução das pressões inflacionárias", apontou a ata.

Nos mercados de ações, índices acionários da América do Sul subiram ligeiramente, enquanto as principais Bolsas fecharam em queda.

Na Bolsa brasileira, o índice Ibovespa subiu 0,17%, a 113.707 pontos. Apesar do ganho tímido, o indicador renovou o seu maior patamar de fechamento desde 20 de abril (114.343).

O desempenho também foi positivo para Argentina, Chile e Colômbia, que tiveram ganhos de 0,94%, 0,34% e 0,14%, respectivamente.

Nas Bolsas americanas, o indicador parâmetro S P 500 caiu 0,72%. O Nasdaq, com maior concentração de ações de tecnologia e mais prejudicado pela alta dos juros, perdeu 1,25%. O Dow Jones cedeu 0,50%.

Ainda na Bolsa brasileira, a Vale caiu 2,46%, após nova desvalorização dos contratos futuros de minério de ferro nas bolsas de Dalian e Cingapura, na China.

As ações preferenciais da Petrobras subiram 2,34%, favorecidas pela alta dos preços do petróleo.

Os contratos futuros de petróleo Brent subiam 0,77% no início da noite, para US$ 93,05 (R$ 481,80) por barril.

Apesar da alta diária e da permanência em patamares historicamente altos, o preço de referência da matéria-prima ronda os níveis mais baixos desde o início da Guerra da Ucrânia, em 24 de fevereiro. No início de março, a commodity chegou a fechar perto dos US$ 128 (R$ 663).

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50007

Bolsa e dólar em 2022

Fonte: CMA

Há algo errado em um país que depende do 'bico' para sobreviver

Não bastasse cumprir as horas diárias de trabalho e gastar outras tantas no transporte, deslocando-se até ele, quase metade dapopulação brasileira tem que fazer um "bico" para atender suas necessidades básicas. Que tipo de sociedade construímos que exige tal sacrifício da população?

Pesquisa nacional de percepção sobre a desigualdade, lançada na última semana pe lo Instituto Cidades Sustentáveis, revela que 45% dos brasileiros precisaram recorrer a um serviço extra para complementar a renda no último ano. Fazem faxina, manutenção, produzem alimentos. Se viram nos trinta, afinal de contas são brasileiros, não se iludem mais com as promessas de melhoria de vida alardeadas pela política e pelas empresas, e vão para a vida.

A pesquisa mostra também que 7 em cada 10 brasileiros percebem o aumento de pessoas em situação defomeepo-breza. Praticamente a metade dos entrevistados conhece ou tem observado pesso as com dificuldade para comprar alimentos. Um terço relata o aumento da população em situação de rua, e 3 em cada 10, o aumento de pedintes nas ruas e semáforos.

Atender à primeira das necessidades básicas, a alimentação, ainda é um luxo no país que é a 12a economia global. É vergonhoso que um dos maiores produtores de alimentos do mundo não consiga alimentar sua população.

Acrise econômica, a elevada **inflação** e a consequente perda de capacidade de compra são possíveis explicações para tal situação. Mas é necessário muita incompetência das lideranças políticas para que permitam que cheguemos a esse ponto.

Outra dimensão da desigualdade pesquisada foi a diferença de tratamento entre pessoas negras e brancas: 75% reconhecemque há diferença de tratamento e apontam os shoppings, as escolas e o local de trabalho como os principais locais de preconceito.

Quanto ao assédio, 47% das mulheres declararam já ter passado por alguma situação do tipo, na rua ou nos transportes públicos. Estes temas dão a medida do desafio que ainda temos pela frente, como o racismo e o machismo.

Os dados mostram nossa incapacidade como sociedade de eleger o combate à desigualdade como prioridade nacional Nossa porque elegemos políticos que vêm agravando essa situação, como é o caso do atual governo federal, que naturaliza a desigualdade entre os brasileiros.

A desigualdade é resultado de políticas que a estimulam e, justamente por isso, pode também ser solucionada pela política. Ela é a raizde uma série de problemas da sociedade, como violência, mortalidade infantil, saúde e educação precárias e gravidez precoce. Além disso, está integra da à questão climática, pois os desafios do clima passam pelo atendimento das neces-sidadesbásicasda população e a consciência sobre o tema.

Um caminho será estimular o debate e o sentido crítico na sociedade, permitindo identificar os oportunistas que agravam o problema. A eleição é uma excelente chance para identificar as propostas que naturalizam a desigualdade e as que a colocam no centro da política. Sem reduzir as desigualdades no Brasil, estaremos apostando na instabilidade política e social e patinando frente às possibilidades de melhorias da sociedade.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50007&anchor=6461429&pd=8f5a8382cbe5e3ca05bacf46c6733777

Incógnita marca cenário para o próximo mandato

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187304?page=1&section=1

Site:
https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187304?page=1&section=1

Inflação de alimentos corrói poder de compra do mínimo

Sérgio Lamucci De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187304?page=1&section=1

Site:
https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187304?page=1&section=1